

ACÓRDÃO Nº 897/2021 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 009.107/2021-5.
2. Grupo I – Classe de Assunto II – Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância Em Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação originada da Comissão Temporária COVID19, do Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento no art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal c/c o art. 38, incisos I e II, da Lei 8.443/1992;

9.2. informar ao Presidente da Comissão Temporária COVID19, Exmo. Sr. Senador Confúcio Moura, que:

9.2.1. os elementos acerca da ausência de uma estratégia federal minimamente detalhada pelo Ministério da Saúde para combater os efeitos da pandemia de Covid-19 encontram-se no próprio processo mencionado pelo parlamentar autor do requerimento, o TC 014.575/2020-5, de modo que as informações podem ser verificadas pela consulta às peças referenciadas nos relatórios que embasaram os Acórdãos 1.335/2020, 1.888/2020, 2.817/2020 e 4.049/2020, todos do Plenário, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

9.2.2. não há processo específico autuado nesta Corte de Contas para tratar de leitos clínicos e de UTI em unidades hospitalares regulares; não obstante, dada a importância do assunto em razão do recrudescimento da pandemia no Brasil, o tema está sendo abordado no quinto relatório do acompanhamento objeto do TC 014.575/2020-5, que se encontra em tramitação nesta Corte de Contas;

9.2.3. por meio do item 9.3 do Acórdão 633/2021-Plenário, da relatoria do Ministro Marcos Bemquerer, o Tribunal determinou à Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex) que, no prazo de 15 dias, autuassem nova ação de controle com a finalidade específica de apurar as causas e as responsabilidades dos gestores pela desativação dos hospitais de campanha montados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para o tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19;

9.3. encaminhar cópia dos Acórdãos 1.335/2020, 1.888/2020, 2.817/2020 e 4.049/2020, todos do Plenário, da presente deliberação e da instrução produzida pela SecexSaúde neste processo ao Presidente da Comissão Temporária COVID19, informando-lhe que os relatórios e votos que fundamentaram as decisões estão disponíveis no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso exista interesse, o Tribunal poderá lhe encaminhar cópia desses documentos sem quaisquer custos;

9.4. considerar integralmente atendida a presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 14, inciso IV, e 17, inciso I, da Resolução TCU 215/2008;

9.5. arquivar os autos, com fundamento no art. 14, inciso IV, da Resolução TCU 215/2008 c/c o art. 169, inciso IV, do Regimento Interno.

10. Ata nº 13/2021 – Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 – Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0897-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
ANA ARRAES
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral